

RELATÓRIO ASSEMBLEIA FISCALIZA

EDIÇÃO JUNHO 2021

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social



**DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. ASSISTÊNCIA NO PERÍODO DE PANDEMIA.....	4
Bolsa Merenda.....	4
Renda Minas	4
Auxílio 2021 - Força Família	5
Piso Mineiro de Assistência Social Extra.....	6
Projeto Canto da Rua	7
Campanha Vacina Solidária	7
3. POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	7
Rodada 2021 do Programa Rede Cuidar.....	7
Manutenção dos CREAS Regionais	8
Casa Lar	9
Ações de qualificação para gestores da Assistência Social	10
4. TRABALHO E EMPREGO	10
Projeto Recomeço	10
Gestão da Rede Sine	11
Contrata MG.....	12
Cursos Técnicos e Profissionalizantes	13
Catálogo de Oportunidades de Qualificação a Distância.....	13
Feira Online da Economia Popular Solidária	14
Suporte Técnico aos Postos do SINE.....	14
Treinamento para atendentes do SINE/MG.....	15
Fundo Estadual do Trabalho – FET - MG.....	15
5. POLÍTICAS PARA MULHERES.....	16
Minas Programando.....	16
Projeto Banco de Empregos - A Vez Delas.....	16
Campanha Minas pela Igualdade de Gênero	17
Centro Risoleta Neves de Atendimento – CERNA	17
Casa de Referência da Mulher Tina Martins.....	18
Trajeto Moda.....	19
Ônibus Lilás	19
Redes Solidárias para Mulheres Rurais.....	20
6. ENFRENTAMENTO À POBREZA - PERCURSOS GERAIS.....	20
Moradas Gerais.....	21

Aproximação SUAS	22
Trajetos Renda	22
Poços Artesianos	23
Melhor Geração	24
Geração Esporte	24
Raízes de Minas	25
7. PROGRAMAS DE ESPORTES	25
e-JEMG	26
JIMI VIRTUAL	26
ICMS Esportivo	27
Lei de Incentivo ao Esporte	28
8. DIREITOS HUMANOS	29
Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH)	29
Escola de Formação em Direitos Humanos	30
Programas de Proteção - PROVITA, PPCAAM e PPDDH	30
Centrais de Interpretação de Libras	31
Núcleos de fomento ao Paradesporto	31
Campanha Todo Espectro Conta	32
9. SEGURANÇA ALIMENTAR	32
Plano Estadual de Segurança Alimentar	32
10. POLÍTICAS SOBRE DROGAS	33
Plano de contingência de prevenção à Covid-19	33
Plano Intersectorial de Políticas sobre Drogas	34
Centro de Referências Estadual em Álcool e outras drogas - CREAD	35
11. EXECUÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES	35

1. INTRODUÇÃO

Neste relatório gerencial serão apresentadas as ações adotadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) para o enfrentamento à pandemia de Covid-19, além das principais entregas realizadas no primeiro semestre de 2021.

Diversas discussões e alinhamentos entre os gestores das sete áreas temáticas da Sedese (Assistência Social, Trabalho e Emprego, Direitos Humanos, Esportes, Políticas sobre Drogas, Segurança Alimentar e Habitação) continuam sendo feitos com o objetivo de conduzir as ações de forma integrada e planejada, reduzindo os impactos negativos causados pelos efeitos da pandemia de Covid-19.

Em 2021, buscando a continuidade de ações que visam garantir a proteção social e a segurança alimentar das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a Sedese está em processo de contratação de instituição financeira para realizar o pagamento do benefício financeiro denominado Força Família para famílias em situação de extrema pobreza de todos os municípios de Minas Gerais. Em 2020 foram criados dois programas de transferência de recursos temporários: o Renda Minas, maior programa de transferência de renda da história do Estado e o Bolsa Merenda para as famílias dos alunos das escolas estaduais.

Também está em processo o aporte de recursos extraordinários aos Fundos Municipais de Assistência Social como incremento temporário para a execução de ações socioassistenciais nos municípios devido à situação de emergência decorrente da pandemia de Covid-19. O valor será equivalente a sete parcelas do Piso Mineiro para cada município.

Cabe ressaltar que, apesar do contexto de pandemia, diversas ações do *Programa Percursos Gerais - Trajetória para Autonomia* foram adaptadas e realizadas de forma virtual, visando garantir o andamento das ações e o alinhamento entre a Sedese e os municípios. No eixo geração de renda, por exemplo, as atividades de orientação e formação profissional já atingiram mais de 700 alunos.

Caminhamos em 2021 com resultados importantes, mas cientes dos desafios que a pandemia da Covid-19 trouxe. Esse documento detalha estas e outras ações desenvolvidas nos seis primeiros meses de 2021. Os dados apresentados têm como base as informações disponíveis no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), no qual os gestores da Sedese realizam bimestralmente o monitoramento do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). Além disso são utilizados outros documentos internos produzidos pela Secretaria, os quais abordam entregas e ações importantes ocorridas no órgão. Vale destacar a periodicidade de consolidação dessas informações, que segue padrões estabelecidos por legislações, como no caso das Emendas Parlamentares que trazem informações de ações realizadas em 2020, uma vez que a consolidação de informações de 2021 ainda está em desenvolvimento.

2. ASSISTÊNCIA NO PERÍODO DE PANDEMIA

Bolsa Merenda

Em abril de 2020 foi criado o Programa "Bolsa Merenda": benefício temporário no valor de R\$ 50 instituído através do decreto nº 47.915 de 10 de abril de 2020, destinado a prestação de assistência alimentar às famílias de estudantes matriculados na educação básica da rede pública estadual de ensino em situação de extrema pobreza.

Foram beneficiadas pelo programa todas as famílias que, cumulativamente, estivessem com cadastro atualizado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), em situação de extrema pobreza (renda per capita até R\$ 89 reais) e possuíssem em seu núcleo familiar pessoas matriculadas na educação básica da rede pública estadual de ensino, conforme previsto no art. 4º do Decreto estadual nº47.915/2020.

Em setembro de 2020, com a publicação do Decreto N°48.039, de 15/09/2020, foram concedidas mais duas parcelas aos extremamente pobres e também foram concedidas duas parcelas às famílias em condições de pobreza, conforme Decreto Federal nº 9.396, de 30 de maio de 2018. Totalizando 335.310 alunos e R\$ 89,21 milhões, alcançando 89,13% do público apto¹.

Em avaliação, observou-se que o programa conseguiu mobilizar de forma relativamente ágil os recursos financeiros para minimizar os riscos de insegurança alimentar dos estudantes das escolas estaduais e de suas famílias. A estratégia de realizar a transferência monetária via conta digital e cartão bancário mostrou-se adequada diante das dificuldades impostas pela pandemia, demandando menor interação possível diante do isolamento social.

Renda Minas

Criado pelo Decreto Estadual 48.038/2020, o Programa Renda Minas proveu, em 2020, três parcelas de renda emergencial temporária para famílias cadastradas no Cadastro Único em situação de extrema pobreza (com renda per capita mensal de até R\$89,00). Foram elegíveis ao recebimento do benefício do Programa as famílias que atendiam aos seguintes critérios:

- I.Estavam cadastradas no CadÚnico até 11 de julho de 2020;
- II.Estavam em situação de extrema pobreza.

¹ Link de acesso ao painel com resultados da ação:
<https://datastudio.google.com/s/qNnegH1ED70>

O valor da parcela da renda emergencial paga foi de R\$ 39,00 por pessoa da família cadastrada no CadÚnico. Cada família recebeu três parcelas do benefício, que foi depositado para o Responsável Familiar (RF) cadastrada no CadÚnico.

Para operacionalizar o pagamento a Sedese celebrou contrato com a Caixa Econômica Federal. A instituição financeira realizou levantamento de contas que os RFs das famílias elegíveis já possuíam na instituição e depositou o benefício nestas contas. Para aqueles RFs que não possuíam contas bancárias ativas na Caixa, foi aberta uma conta poupança social digital de forma automática, especificamente para depósito do valor da renda emergencial.

Os pagamentos da primeira e segunda parcelas foram realizados conjuntamente entre os dias 13 e 30 de novembro de 2020, de forma escalonada, de acordo com o mês do aniversário do RF da família elegível. O pagamento da terceira parcela foi realizado entre os dias 7 e 22 de dezembro de 2020, também de maneira escalonada, de acordo com o mês do aniversário do RF da família elegível.

Cerca de 3% das famílias não puderam receber o benefício nas datas mencionadas acima devido a pendências documentais que impediram a abertura de contas ou problemas nas contas já existentes. Desse modo, foram realizados três pagamentos extraordinários, apenas para as famílias que ainda não haviam recebido o benefício. O primeiro pagamento extraordinário ocorreu em 22 de janeiro de 2021, o segundo pagamento extraordinário foi realizado em 26 de fevereiro de 2021 e o terceiro em 30 de abril de 2021.

A solução de pagamento adotada permitiu que o benefício do Programa Renda Minas pudesse ser sacado sem a necessidade de smartphones ou acesso à internet. O beneficiário precisava apenas de se dirigir à uma agência da Caixa ou Casas Lotéricas portando um documento de identificação. Esta possibilidade facilitou o acesso ao benefício por famílias de grupos populacionais tradicionais específicos como: famílias em situação de rua, famílias de catadores de materiais recicláveis e famílias indígenas. Além disso, as famílias que possuíam celular e acesso à internet tiveram a opção de movimentar seu benefício por meio do aplicativo "Caixa Tem", que permite realizar pagamentos e transferências bancárias sem custo.

O Renda Minas transferiu R\$ 291.929.430,00 e atendeu aproximadamente 2,5 milhões de beneficiários em todos os municípios do estado, tornando-se o maior programa social já implementado pela Sedese.

Auxílio 2021 - Força Família

Em 22 de maio de 2021 foi publicada a Lei 23.801/2021 que criou o Programa Força Família. O benefício consiste no pagamento de R \$600 em parcela única às famílias em situação de extrema pobreza, cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) até a data de publicação da Lei.

Em 15 de junho de 2021 foi publicado o Decreto Estadual 48.204/2021 que regulamenta este programa. Serão elegíveis ao recebimento do benefício financeiro às famílias que implementarem os seguintes critérios:

- I. Cadastradas no CadÚnico até 22 de maio de 2021;
- II. Estar em situação de extrema pobreza (renda per capita mensal cadastrada no CadÚnico de até R\$89).

A previsão é que o benefício financeiro atenda 1.079.757 famílias (total de famílias cadastradas no CadÚnico até 15 de maio de 2021). O total de recurso a ser transferido para as famílias será de R\$ 652 milhões. Há beneficiários em todos os municípios de Minas Gerais.

Destaca-se que desde a divulgação da lei que cria o benefício financeiro “Força Família”, a Sedese articulou com o Ministério da Cidadania a liberação dos dados do Cadastro Único de forma antecipada. Atualmente, a Secretaria está em processo de contratação de instituição financeira para realizar o pagamento do benefício. Já foram realizadas pesquisas de preço e a minuta do Termo de Referência para contratação encontra-se em fase de finalização.

Piso Mineiro de Assistência Social Extra

Repasse de recursos extraordinários do financiamento estadual como incremento temporário para a execução de ações socioassistenciais nos municípios devido a situação de emergência decorrente do coronavírus, Covid-19.

O repasse se dá via Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) aos Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS) cujo valor de referência é a parcela mensal do cofinanciamento ordinário do Piso Mineiro Fixo. Os respectivos Conselhos de Assistência Social deverão acompanhar e fiscalizar a implementação das ações. Considerando a resolução CEAS nº 726/2021 de 22 de abril de 2021 que aprovou a partilha dos recursos extraordinários em favor dos municípios, oriundos do Tesouro Estadual, está sendo repassado aos 853 municípios o valor correspondente a sete parcelas do Piso Mineiro Fixo, totalizando R\$31.526.654,60 na mesma conta do Piso Mineiro Fixo.

Foram pagas seis parcelas e a sétima está em processo de pagamento, para efetivação até o fim de junho aos municípios regulares no Cagec e com as prestações de contas de 2017, 2018 e 2019. Até o momento, 768 municípios regulares já receberam as parcelas referentes ao recurso extraordinário. Esses mesmos municípios também estão recebendo o valor correspondente ao Piso Mineiro de Assistência Social Fixo. Até o momento já foram pagas 4 parcelas e a quinta está em processo de pagamento, que será efetivado até o final de junho. Desta maneira, até o final de junho, somadas as 5 parcelas do Piso Mineiro Fixo às 7 parcelas do recurso

extraordinário, o governo terá repassado aos municípios mineiros em situação de regularidade o valor de R\$ 49.762.600,80.

Projeto Canto da Rua

O *Centro Emergencial Canto da Rua* foi inaugurado no dia 12 de junho de 2020. Ele é um espaço que visa a articulação de uma rede humanitária junto à população em situação de rua em Belo Horizonte para enfrentamento à pandemia da Covid-19. O Centro Emergencial foi instalado na Serraria Souza Pinto, por uma articulação da Sedese com a Fundação Clóvis Salgado, que viabilizou o espaço à Pastoral de Rua. O projeto é um espaço temporário para atendimento, orientação, encaminhamento e articulação da rede socioassistencial e de saúde para as pessoas em situação de rua. Tem como objetivo garantir acesso aos serviços essenciais e especializados de prevenção à infecção pelo coronavírus, proteção à saúde e garantia de direitos fundamentais para a população em situação de rua.

O Canto da Rua conta com 150 (cento e cinquenta) vagas de hospedagem e tem por objetivo acolher até 600 (seiscentas) pessoas por dia oferecendo café, banho, escuta psicológica e atendimento social. Desde a inauguração foram realizados 164.752 atendimentos às pessoas em situação de rua no espaço. De janeiro a junho deste ano a média diária de atendimentos foi de 706 pessoas. Também são realizados no local plantões da Defensoria Pública, Ministério Público e equipe do Registro Civil.

Campanha Vacina Solidária

Em maio de 2021 em parceria com a Associação Mineira de Municípios (AMM) a Sedese lançou a Campanha *Vacina Solidária*, cujo objetivo é sensibilizar a população que está sendo vacinada contra a Covid-19, como ato voluntário e gratuito, a doar um quilo de alimento não perecível no momento da vacinação de forma que o Município possa arrecadar alimentos e destiná-los às famílias em situação de vulnerabilidade, com insegurança alimentar.

Atualmente 94 municípios já aderiram à campanha.

3. POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rodada 2021 do Programa Rede Cuidar

O Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – Suas – Programa Rede Cuidar, instituído pela Lei nº 22.597/2017, tem por objetivo promover ações indução da rede socioassistencial no estado, por meio do incentivo financeiro, assessoramento técnico e qualificação continuados, visando fortalecer a rede socioassistencial do Suas e aprimorar os seus programas,

projetos, benefícios e serviços de atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos.

Os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos foram definidos entre os meses de maio e junho de 2021 por resoluções da Comissão Intergestores Bipartite (Resolução CIB nº 07/2021) e do Conselho Estadual de Assistência Social (Resolução CEAS nº 729/2021).

Em sua terceira rodada no ano de 2021, o Programa Rede Cuidar irá destinar o valor de R\$ 7.250.000,00 (sete milhões, duzentos e cinquenta mil reais) para a rede socioassistencial definida e pretende beneficiar 120 entidades socioassistenciais:

- 26 Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua
- 6 Unidades de acolhimento para crianças e adolescentes ameaçados de morte
- 88 Unidades de acolhimento para pessoas idosas e unidades de acolhimento para pessoas com deficiência.

Os repasses dos recursos para os municípios e entidades socioassistenciais habilitadas irão ocorrer no segundo semestre de 2021.

Manutenção dos CREAS Regionais

Manutenção do funcionamento de quatro Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS Regionais de execução estadual. As unidades estaduais ofertam serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade para pessoas e famílias em risco pessoal e social, agravados por situações de violação de direitos. Ao todo, são abrangidos pelas quatro unidades regionais um total de 26 municípios com menos de 20 mil habitantes nas regiões do Médio, Baixo e Alto Jequitinhonha, Mucuri e Vale do Rio Doce.

Inicialmente, o principal impacto da pandemia do novo coronavírus para os serviços regionais foi na necessidade de adaptação no funcionamento das unidades estaduais frente às medidas de controle e segurança de saúde nos atendimentos, bem como em relação à interlocução com os municípios atendidos pois em períodos de maior incidência da contaminação há maior restrição no funcionamento dos órgãos públicos. Nesse sentido, durante a vigência da Onda Vermelha (Minas Consciente), as atividades presenciais foram suspensas - os atendimentos e acompanhamentos às famílias durante esse período foram realizados em formato remoto, por meio de ligações e contatos diários entre a equipe dos CREAS Regionais e a gestão de Assistência Social dos municípios abrangidos pelas unidades.

Em casos de urgência, foram realizados atendimentos, mas com o devido cuidado de segurança e uso dos EPI necessários.

Ao longo do primeiro semestre, as visitas presenciais foram retomadas, mas mantendo-se os cuidados necessários sobre as medidas de segurança individual e os cuidados de saúde, tanto dos atendidos quanto dos profissionais das equipes. De janeiro a junho de 2021, as quatro unidades de CREAS Regionais atenderam em média 103 pessoas com situação de violação de direitos.

Casa Lar

O estado de Minas Gerais mantém 29 parcerias com organizações da sociedade civil, a maior parte delas APAEs, que ofertam o serviço de acolhimento no chamado “Programa Casa Lar” e em residências inclusivas, totalizando 44 unidades de acolhimento, localizadas em 26 municípios de Minas Gerais. Ao todo, 375 vagas são financiadas pela parceria, que são formalizadas por meio de Termos de Colaboração, para o acolhimento de pessoas adultas e idosas egressas da extinta FEBEM.

Quanto aos impactos provocados pela disseminação da COVID-19 nas unidades parceiras, ainda em abril de 2020 a Subsecretaria de Assistência Social/ Sedese, por meio da Diretoria de Proteção Social de Alta Complexidade/SPSE produziu e publicizou a todas as entidades parceiras materiais de informação sobre as medidas e cuidados de saúde necessários a fim de resguardar as pessoas acolhidas e os profissionais das 44 unidades de execução indireta estadual. Ainda, ao longo de 2020 e no primeiro semestre de 2021, a equipe técnica da referida Diretoria vem monitorando e acompanhando sistematicamente tanto a vacinação dos acolhidos e profissionais das unidades como a observação dos cuidados de saúde e sanitários nas unidades. Durante esse período, considerando que todos os acolhidos já foram vacinados, o principal impacto tem sido no convívio social, já que as visitas presenciais foram suspensas temporariamente ou com periodicidade reduzida, sendo que a maior parte vem ocorrendo em formato virtual. Outro impacto diz respeito à condição de saúde dos acolhidos, pois muitos deles, além da deficiência, possuem comorbidades que agravam sua condição de saúde, sendo necessário um cuidado ainda maior quanto às medidas de controle sanitário, mesmo que já vacinados.

Ao longo do primeiro semestre de 2021, conforme previsto nos Termos de Colaboração firmados, a SUBAS/ Sedese realizou o monitoramento das parcerias e ações de apoio técnico para as entidades parceiras de forma continuada e sistemática, inclusive quanto às medidas de segurança e saúde necessárias durante a pandemia do novo coronavírus, com a publicação de materiais de apoio e realização de oficinas com as equipes técnicas das unidades.

Entre janeiro de junho de 2021 já foram repassados o montante de R\$3.072.856,12 (três milhões, setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e doze centavos) para a manutenção das parcerias.

Ações de qualificação para gestores da Assistência Social

Foram realizadas ações de apoio técnico e capacitação, de forma remota, através de videoconferências e da utilização da plataforma EAD/SUAS. As ações de qualificação realizadas até o momento deram-se por meio de plataformas virtuais de acesso livre e foram ofertadas pela equipe da Sedese.

As ações realizadas de forma virtual têm atingido grande número do público alvo, incluindo atores do SUAS que desempenham suas funções em municípios de pequeno porte, garantindo maior alcance das orientações do estado aos territórios. Diante do cenário de distanciamento social e da necessidade de reinventar a oferta de serviços, a Sedese está disponibilizando diversos materiais com o intuito de orientar novos gestores, trabalhadores do SUAS e conselheiros municipais, com publicações referentes a variadas temáticas, incluindo as que tratam da oferta de serviços na pandemia, bem como sobre as situações de emergência e calamidade pública.

Quadro resumo das ações de qualificação

Tipo de qualificação	Total de pessoas participantes	Total de municípios participantes
Atendimento técnico	9512	835
Oficina de Apoio Técnico	425	70
Videoconferência	3210	677
Visita de apoio técnico	06	01
Capacitação Introdutória	15	14
Total	13.168	847*

*O total não corresponde à soma das linhas anteriores, mas à contagem de municípios diferentes que participaram de pelo menos uma das ações ofertadas, no recorte de janeiro a maio de 2021.

4. TRABALHO E EMPREGO

Projeto Recomeço

O *Recomeço* é um projeto do Governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a reinserção produtiva e qualificação profissional dos trabalhadores afetados pela perda de renda em decorrência da pandemia, possibilitando que famílias mineiras saiam da linha da pobreza, criando uma interseção entre quem emprega e quem

precisa trabalhar. A ação foi desenvolvida levando em consideração as consequências sociais e econômicas da pandemia e um crescimento significativo de cidadãos que vivem abaixo da linha da pobreza. O que demonstra a importância deste projeto que pretende aumentar as oportunidades desse público de conseguir um trabalho e amenizar os impactos sociais provocados pela pandemia.

Durante o primeiro semestre a Sedese buscou fazer articulações entre órgãos de governo (federal, estadual e municipal), setores produtivos, organizações não-governamentais e entidades da sociedade civil, identificando possibilidades e oportunidades de emprego e renda para as pessoas mais vulneráveis.

Até então, foram firmadas parcerias com a FIEMG, Copasa, Sicepot, Sinduscon, Associação Mineira de Supermercados (AMIS), CSN, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra), Secretaria de Estado de Cultura (Secult), Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Emater, AMM, CEMIG (Sindimig), Sebrae, UFMG, UEMG, BDMG, Sistema S, Sebrae e Fecomércio.

Uma das estratégias do projeto visa à busca dos trabalhadores em situação de extrema pobreza para encaminhamento ao mercado ou para a qualificação profissional. Para tanto as unidades de atendimento do Sine estão realizando atualização cadastral dos trabalhadores para melhor encaminhamento dos trabalhadores para vagas de emprego identificadas com empresas parceiras. Além disso, a Sedese promove o cruzamento entre a base de dados do Sine com o CadÚnico.

Até o momento a Copasa está alocando mão de obra do projeto Recomeço em suas obras nos municípios de Ibiaí e Coração de Jesus.

Municípios em que já existem parceiros: Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Coração de Jesus, Lagoa Santa, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Ouro Preto, Ouro Branco, Nova Lima, Ibiaí, Três Corações, Ipatinga, Lavras, Barbacena, Belo Horizonte, Manhuaçu e Uberlândia.

Além disso, a Sedese está desenvolvendo o Selo Recomeço que será uma forma de reconhecimento público às empresas parceiras do projeto. O Selo tem como objetivo incentivar a participação e certificar aquelas que promoverem ações de empregabilidade, qualificação profissional e geração de renda destinadas à população abaixo da linha de pobreza no Estado de Minas Gerais.

Gestão da Rede Sine

O Sistema Nacional de Emprego em Minas Gerais conta com 133 unidades espalhadas pelo estado, das quais 31 são geridas pelo Governo do Estado no modelo

UAI e uma é gerida diretamente pela Sedese. As demais unidades são mantidas por meio de Convênio de Cooperação Técnica com os municípios.

No período de janeiro a maio de 2021 foram contabilizados 350.488 atendimentos, sendo oferecidas 37.283 vagas de emprego e 98.118 trabalhadores foram encaminhados para entrevistas, com 7.945 colocações no mercado de trabalho; quanto ao seguro-desemprego foram 86.209 trabalhadores segurados.

- Central de Vagas

No âmbito do Sistema Nacional de Emprego em Minas Gerais a Central de Vagas, localizada na UAI Praça Sete, é uma estrutura coordenada pela Sedese que oferece ao empregador um serviço gratuito de captação de vagas e conta com uma equipe exclusiva responsável por: captar e administrar vagas de emprego; convocar os trabalhadores de acordo com o perfil desejado; instruir os empregadores no cadastro da sua empresa no SINE; e realizar processos seletivos buscando auxiliar o empregador na contratação de trabalhadores. A agência atende empregadores localizados em Belo Horizonte e na Região Metropolitana.

Contrata MG

O *Contrata MG* é um aplicativo para smartphones gratuito, disponível nas principais lojas de aplicativos, onde os trabalhadores autônomos se cadastram e os contratantes buscam por prestadores de serviços por proximidade, avaliação dos serviços e preço. O app, na prática, promove a intermediação e encontro entre trabalhador e solicitante, permitindo a negociação dos serviços entre eles sendo possível cadastrar trabalhadores de mais de 100 ocupações.

Atualmente cerca de 9 mil trabalhadores já se cadastraram e mais de 2,2 mil tiveram seus cadastros aprovados. Por outro lado 2,5 mil contratantes também realizaram cadastro para utilização dos serviços.

Com aproximadamente 9 meses de atividade a ferramenta alcançou várias regiões de Minas Gerais e uma das vantagens da utilização dos aplicativos para interação entre trabalhadores e possíveis contratantes têm se mostrado cada vez mais oportuna: o constante monitoramento da evolução no uso da ferramenta, possibilitando a tomada de decisão e o desenho da ação pública com base em evidências, com vários dados e informações em tempo real sobre os usuários.

Para buscar a ampliação da adesão do público, identificou-se que há profissionais que não possuem smartphone ou não têm familiaridade com novas tecnologias para participar do *Contrata MG* mediante uso do app. Assim, foi desenvolvida uma funcionalidade para que os municípios possam criar um perfil para esse trabalhador que não tem acesso por meio do aplicativo, de modo que os contratantes entrem em contato com esse profissional através de ligação telefônica. Esta funcionalidade tem

permitido expandir a parceria com os municípios para ampliar a utilização do app no estado.

Cursos Técnicos e Profissionalizantes

No enfrentamento à Covid-19, as aulas dos cursos técnicos e profissionalizantes da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG) passaram a ser virtuais, usando a plataforma Google Classroom, na qual os professores foram capacitados. São 1.341 vagas ofertadas no 1º semestre de 2021, sendo 509 vagas em cursos que seriam presenciais. O orçamento (proveniente do Programa Novos Caminhos do Governo Federal) para a execução dessas vagas no 1º semestre de 2021 foi de R \$2.982.000,00.

São, ao todo, 7 cursos técnicos e 7 cursos profissionalizantes (FIC):

- Técnico em Análises Clínicas;
- Técnico em Eletrônica;
- Técnico em Enfermagem;
- Técnico em Informática;
- Técnico em Multimídia;
- Técnico em Segurança do Trabalho;
- Técnico em Sistemas de Transmissão.
- Programador Web;
- Editor de Projeto Visual Gráfico;
- Assistente Administrativo;
- Cuidador de Idoso;
- Língua Brasileira de Sinais (Libras) - Básico;
- Programador de Dispositivos Móveis;
- Programador de Sistemas.

Alinhada ao que tem de mais inovador nas capacitações profissionais, a Utramig oferta um módulo de Competências para Empregabilidade e Cidadania em todos os seus cursos - técnico e FIC - que tem por objetivo desenvolver competências essenciais ao mundo do trabalho e desenvolvimento humano, visando contribuir para a formação integral dos estudantes e preparar o jovem para o mercado e para a vida.

Catálogo de Oportunidades de Qualificação a Distância

O *Catálogo de Oportunidades de Qualificação a Distância* foi produzido pela Superintendência de Educação Profissionalizante com o intuito de oferecer ao cidadão oportunidade de se qualificar de forma gratuita e segura durante o período de isolamento social. O catálogo conta com uma relação de oportunidades de cursos de qualificação disponibilizados em plataformas gratuitas de ensino. Ele pode ser acessado no site da social.mg.gov.br na aba de trabalho e emprego, clicando em “CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL A DISTÂNCIA”.

O catálogo foi organizado em 19 áreas temáticas, dando enfoque naquelas mais demandadas pelo mercado como o desenvolvimento pessoal, conhecimentos em informática e idiomas e reúne aproximadamente 700 oportunidades de cursos de qualificação que vão desde marketing e empreendedorismo até construção civil. No ano de 2021 foi lançada uma edição especial do catálogo em parceria com a SECULT e para o mês de junho será lançada uma edição em parceria com a SEMAD trazendo uma curadoria de cursos na área temática do Meio Ambiente. A iniciativa já soma mais de 20.000 acessos desde a sua primeira publicação.

Feira Online da Economia Popular Solidária

A realização das *Feiras de Economia Popular Solidária* da Cidade Administrativa, assim como das Feiras Regionais organizadas pela Sedese foram suspensas em função do isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19. Para minimizar os efeitos negativos desta suspensão, a Sedese desenvolveu o projeto “Feira Virtual da Economia Popular Solidária” para fomento da comercialização on-line dos produtos, cujo ponto de partida foi a mobilização dos empreendimentos participantes destas feiras. O objetivo foi incentivar e fomentar as vendas pela internet, a partir da exposição e divulgação dos produtos, do apoio e assessoramento aos empreendimentos. Desta forma foi desenvolvido o site “Feira Virtual Economia Popular Solidária” onde os empreendimentos podem expor seus produtos ou serviços de forma gratuita. O link de acesso é: <https://feiraeconomiasolidaria.mg.gov.br/>

Além disso, buscando preparar os empreendimentos para lidar com esta nova perspectiva de comercialização, foram realizadas oficinas virtuais em parceria com o SEBRAE nas temáticas de marketing digital e vendas pela internet. Ao todo, considerando as atividades virtuais e os materiais disponibilizados pela parceria, foram envolvidas mais de 1 mil pessoas. Empreendimentos Cadastrados:

- 78 empreendimentos cadastrados no Site para vendas on-line, sendo 38 aprovados, 21 em análise e 19 em análise.

Suporte Técnico aos Postos do SINE

A equipe de gestão do atendimento fornece suporte técnico para todas as Unidades da Rede SINE e UAIS, visando subsidiar os atendentes e coordenadores em suas demandas, quais sejam dúvidas e problemas relacionados a postagem de seguro desemprego, intermediação de mão de obra, emissão da carteira de trabalho, infraestrutura da unidade (patrimônio, mudança de endereço), entre outras, alcançando aproximadamente 900 atendentes.

Desde 2020 o principal canal de suporte é o Sistema de Suporte SINE, sistema online que permite otimizar a prestação do serviço, manter o registro e histórico das demandas, além de acompanhar o andamento das mesmas, identificar os gargalos das unidades e por fim, contribuir para a melhoria do atendimento ao trabalhador. No

primeiro semestre de 2021 foram registrados mais de 6.500 atendimentos através do sistema de suporte, com previsão de 10 mil atendimentos até o final de 2021.

Treinamento para atendentes do SINE/MG

A equipe de gestão do SINE promove periodicamente treinamentos para novos atendentes e coordenadores das 133 Unidades da Rede SINE/MG. Os treinamentos objetivam capacitar os novos atendentes, sendo requisito indispensável sua aprovação com 60% de aproveitamento para o credenciamento no sistema do Governo Federal. Considerando o contexto de pandemia de Covi-19 e visando otimizar a metodologia de treinamento existente no modelo presencial, foi desenvolvida a Plataforma de Treinamento EAD SINE, que promove diversos benefícios tais como, reduzir o tempo de espera para formação de turmas e o tempo investido pelos instrutores na capacitação dos alunos, além da economia para as Prefeituras com diárias e deslocamento dos colaboradores que precisam vir até a capital para serem treinados.

No primeiro semestre de 2021 foram realizadas duas turmas de treinamento, capacitando 122 atendentes. Além disso, foi realizado um Seminário on-line com as equipes da Rede Sine MG; que contou com a participação de 300 pessoas. Está previsto a capacitação/treinamento de 500 atendentes da Rede SINE até o final de 2021.

Fundo Estadual do Trabalho – FET - MG

A Lei Federal nº 13.667/2018, instituiu a reorganização do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e o seu financiamento, redesenhado para ocorrer por meio de transferências fundo a fundo. Dessa forma, o Estado de Minas Gerais criou o Fundo Estadual do Trabalho – FET-MG, instituído pela Lei 23.475/2019, de 02 de dezembro de 2019, em cumprimento ao disposto na Resolução CODEFAT 825/2019 e alterações.

Em 2020, foi previsto o repasse da União na ordem de R\$ 4.436.675,23 (quatro milhões e quatrocentos e trinta e seis mil e seiscentos e setenta e cinco reais e vinte e três centavos), para manutenção da rede SINE MG. Considerando os critérios para repasse dos recursos e o cumprimento das ações previstas na Portaria nº 8.057, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre o Plano de Ações e Serviços – PAS do Sistema Nacional de Emprego – Sine, e suas alterações, não houve a disponibilização dos recursos em 2020.

Recentemente o Ministério da Economia informou uma previsão de distribuição dos recursos para Minas Gerais na ordem de 1.721.653,77. De outra forma, todos os entes estão aguardando a publicação dos instrumentos com as diretrizes para recebimento dos repasses.

5. POLÍTICAS PARA MULHERES

Minas Programando

O *Minas Programando* é um projeto voltado para oferta de cursos de qualificação profissional na área de tecnologia para públicos em situação de vulnerabilidade. Além das atividades de formação com carga horária de 160 a 240 horas, o projeto também abarca ações voltadas para desenvolvimento de habilidades e aptidões comportamentais, workshops com orientação profissional e vocacional, mentoria para o desenvolvimento de carreira, entre outras atividades de apoio às alunas.

No primeiro semestre de 2021 o Minas Programando foi lançado em parceria com a Utramig e recursos do programa Novos Caminhos (Governo Federal), com a abertura de duas turmas, totalizando 60 vagas do curso de Programação WEB para Belo Horizonte e região metropolitana. Em maio, mês da mulher, foram abertas 50 novas vagas exclusivas para mulheres da microrregião de Montes Claros para cursos de programação em Arduino, em parceria com a empresa Vollee Educacional, totalizando então 110 vagas. A mobilização do público-alvo acontece por meio de equipamentos de assistência social, movimentos sociais e serviços de atendimento ao cidadão como SINE e UAI. O projeto também visa sensibilizar setor produtivo e empregadores para mitigar a desigualdade de gênero no setor por meio de conversas contínuas sobre inclusão e diversidade.

Atualmente o Minas Programando está em fase de contratação para execução direta pela Sedese de novas turmas, visando atender pelo menos 16 municípios em novas rodadas com cursos de qualificação relacionados ao setor de TIC, variando entre turmas mistas e turmas exclusivas de mulheres. Dessa forma, pretende-se, até o final de 2022 atender 2.000 pessoas com vagas em cursos de qualificação na área de tecnologia, atendendo às demandas do setor produtivo por profissionais qualificados e dos públicos vulneráveis por melhores condições para inserção no mercado de trabalho de forma digna.

Projeto Banco de Empregos - A Vez Delas

O projeto cria um banco de empregos para mulheres vítimas de violência, nos moldes da Lei Estadual nº 23.680/2020, que "acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 22.256, de 27 de julho de 2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado".

A Sedese, por meio da Subsecretaria de Direitos Humanos e da Subsecretaria de Trabalho e Emprego, realizou, inicialmente, um trabalho de pesquisa sobre políticas similares executadas em outros estados e municípios no intuito de subsidiar as ações da Secretaria na construção e implantação de um banco de empregos destinado às

mulheres vítima de violência doméstica. Diante das experiências encontradas, a Sedese está finalizando o planejamento para implementação da lei.

Ainda é notório que, para um maior êxito e capilaridade do projeto, é importante a parceria com atores da rede de serviços voltados ao atendimento de mulheres em situação de violência. Nesse sentido, tem se trabalhado, em primeiro plano, na regulamentação da Lei 23.680/2020 até agosto de 2021 por meio de Decreto Estadual que garantirá as diretrizes para viabilizar o projeto.

Campanha Minas pela Igualdade de Gênero

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, celebrado anualmente em 8 de março, a Sedese lançou a campanha educativa “Minas pela Igualdade de Gênero”, que contou com uma série de atividades, como a publicação do caderno de "Referências Técnicas para Centros de Atendimento Especializado às Mulheres dos Municípios", a realização do "Encontro Estadual dos Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência", do "I Encontro Estadual sobre Masculinidades Saudáveis e o Enfrentamento à Violência de Gênero" e do "Webinário: Carga Emocional e Divisão Sexual do Trabalho na Pandemia", dentre diversas outras atividades.

As ações foram realizadas em ambiente virtual, contando com a participação do público de diversas cidades de Minas Gerais e também de outros estados. Os materiais orientadores foram disponibilizados aos equipamentos que atendem às mulheres em Minas Gerais.

Centro Risoleta Neves de Atendimento – CERNA

Instituído pelo Conselho Estadual da Mulher, em 16 de dezembro de 2004, o CERNA é um equipamento público que tem como diretriz principal proporcionar orientação, acompanhamento e prestação de atendimento psicossocial às mulheres em situação de violência de gênero, nos âmbitos doméstico e/ou familiar, visando o rompimento do ciclo de violência vivido. O CERNA fortalece a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Minas Gerais, considerando os dispositivos legais como a Lei Federal nº 11.340/06, denominada Lei Maria da Penha, a Lei Estadual de nº 22.256/2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado de Minas Gerais e ainda, com o que está estabelecido no eixo 2 – Enfrentamento à violência contra a mulher do Plano Decenal de Política para as Mulheres - 2019 a 2029.

Entendendo que a mulher em situação de violência está em condição de violação de direitos humanos, o CERNA atua no intuito de contribuir para superação da situação de violência de gênero vivenciada pela mulher, fomentando entre os serviços da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Minas Gerais a garantia da proteção e promoção dos direitos dessas vítimas, bem como a reparação de direitos violados. Além disso, considerando o papel precípua do Estado, como ente

federado, a promoção da descentralização de serviços e a prestação de apoio técnico e financeiro aos municípios, o CERNA atua nos seguintes eixos de:

- I. Capacitação técnica das Redes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres locais;
- II. Articulação da Rede Estadual de enfrentamento à violência contra mulher;
- III. Fomento à geração de informação e produção de conhecimento acerca da violência contra mulher no seu enfrentamento.

Durante o período da pandemia do Covid-19 e do conseqüente distanciamento social, o CERNA desenvolveu uma metodologia de atendimento remoto e capacitou outros 24 (vinte e quatro) Centros de Referência Especializados no Atendimento à Mulher do Estado. Os atendimentos psicossociais do CERNA seguiram sendo prestados de forma remota, por meio tecnológico, além do fluxo da marcação do primeiro atendimento seguir como antes, por ligação direta ao serviço.

Em relação à atuação do CERNA no interior do Estado, essa se dá em duas frentes: atendimento direto a mulheres em situação de violência e assessoria técnica aos municípios. Nesse sentido, ao analisar um caso, em qualquer município de MG, o CERNA realiza a discussão deste junto às redes locais, a fim de promover a formação de equipes técnicas nas diversas políticas públicas envolvidas no atendimento adequado às mulheres em situação de violência.

Ademais, o CERNA presta, aos municípios, orientações acerca do manejo dos casos de violência contra as mulheres e informações sobre abrigamento. No ano de 2021 as referidas ações de interiorização já contemplaram os municípios de Cataguases, Divinópolis, Itajubá, Mateus Leme, Nova Serrana, Pirapora, Poços de Caldas, Santo Antônio do Monte, Sete Lagoas, Betim, Coromandel, Coronel Fabriciano, Ibirité, Juiz de Fora, Peçanha, Pedro Leopoldo, Santa Luzia, Moeda, Ribeirão das Neves e Sobrália.

O CERNA realizou 1.210 (mil duzentos e dez) atendimentos de janeiro à maio de 2021.

Casa de Referência da Mulher Tina Martins

A Associação Tina Martins teve o início de sua atuação como local de abrigamento das mulheres em situação de violência no município de Belo Horizonte em 2016, tendo sido a primeira ocupação de mulheres em Minas Gerais.

O Termo de Fomento para repasse de recursos está em fase de elaboração pela Sedese que, após sua conclusão, proporcionará a manutenção do funcionamento das atividades da Casa Tina Martins como centro de acolhimento e abrigamento

emergencial de mulheres em situação de violência. A parceria objetiva dar continuidade às atividades da Casa hoje oferecidas que são:

- I. Atendimento às mulheres vítimas de violência;
- II. Proteção à vida e à integridade das mulheres;
- III. Acolhimento e, sempre que possível, abrigamento de mulheres em situação atípica à Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Além disso, a Sedese articulou a renovação da cessão de uso do imóvel junto à FAPEMIG.

Trajeto Moda

O projeto *Trajeto Moda* tem como objetivo promover a transformação pessoal de mulheres socialmente vulneráveis, especialmente as que se encontram em situação de violência doméstica, desenvolvendo a autoconfiança e elevação da autoestima, tendo como meio processual a independência financeira através da capacitação em corte e costura, além de outros recursos de assistência e acompanhamento do desenvolvimento social das beneficiárias.

Para o alcance desse resultado será desenvolvido um projeto piloto com as mulheres no Aglomerado da Serra (BH) com a participação de lideranças femininas de sete regiões do Vale do Mucuri para posterior expansão do projeto para: Teófilo Otoni, Salinas, Almenara, Montes Claros, Diamantina, Governador Valadares e Muriaé. Essas mulheres serão capacitadas para corte e costura, além de liderança e desenvolvimento de modelos de negócio (cooperativismo e economia familiar). Serão ofertadas total de 287 (duzentas e oitenta e sete vagas).

Ônibus Lilás

Ônibus Lilás é uma unidade móvel de atendimento às mulheres que levam serviços de orientação, acolhimento e prevenção da violência contra a mulher às localidades mais distantes, como assentamentos, aldeias indígenas, comunidades rurais e quilombolas.

Foram retomadas as reuniões mensais do Fórum Estadual de enfrentamento à violência contra a mulher do campo, das águas e das florestas e planejamento para realizar caravanas em 18 municípios entre setembro e dezembro de 2021.

Os municípios selecionados foram: Diamantina, Serro, São Gonçalo do Rio Preto, Novo Cruzeiro, Coluna, Jequitinhonha, Medina, Padre, Caraí, Varzelândia, São João da Ponte, Pintópolis, Ibiracatu, Palmópolis, Bandeira, Araçuaí, Itinga e Muriaé. A seleção desses municípios seguiu as características regionais, de acordo com os seguintes critérios:

- I. Localidades com comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhas, ciganos, outras), acampamentos, assentamentos e/ou trabalhadoras rurais;
- II. Altas taxas de violência doméstica e familiar contra as mulheres;
- III. Localidades que não possuam equipamentos de atendimento a violência contra as mulheres;
- IV. Municípios que integram o Projeto Estratégico Percursos Gerais compostos por municípios com menor IDH de Minas Gerais.

Redes Solidárias para Mulheres Rurais

Fruto de emenda de participação popular o projeto desenvolvido em parceria com a Fundação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) visa à articulação de redes solidárias voltadas a trabalhadoras e trabalhadores rurais, com vistas a superar a desigualdade de gênero, dar e ampliar conhecimento sobre direitos, acesso à justiça e combater as desigualdades no meio rural, com foco na superação das vulnerabilidades sociais.

Através de edital de chamamento público a entidade selecionada irá executar o recurso no município de Caraí - MG, localizado na região do Vale do Mucuri, fomentando assim a criação de redes solidárias nos espaços comunitários do território (como sedes de associação de bairros e centros culturais). Essas redes solidárias locais terão, como objetivo:

- I. Prestar encaminhamentos para os casos de violência contra mulher do território;
- II. Articular com empregadores para contratação de mulheres;
- III. Fornecer capacitações.

6. ENFRENTAMENTO À POBREZA - PERCURSOS GERAIS

O *Programa Percursos Gerais* é parte da estratégia do Governo de Minas Gerais que desenvolve ações direcionadas aos principais problemas sociais vividos nas regiões mais vulneráveis de Minas Gerais. O programa busca direcionar projetos que contribuam para que as famílias e indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza possam sair da condição de vulnerabilidade e caminhar em direção à autonomia por meio da geração de renda. O programa está sendo executado em 4 etapas, começando pelas regiões com maior concentração de municípios vulneráveis. Ao todo serão atendidos 73 municípios com baixo IDHM.

Devido ao contexto imposto pela pandemia do novo coronavírus o programa precisou passar por algumas adaptações e, como forma de prevenção e valorizando a saúde e segurança dos cidadãos e servidores públicos municipais e estaduais, as atividades presenciais do programa foram temporariamente suspensas. No entanto, as entregas passíveis de serem realizadas foram feitas virtualmente para garantir o andamento do programa e o alinhamento entre o Estado e municípios envolvidos.

Compõe o projeto Percursos Gerais as seguintes ações:

- Moradas Gerais
- Aproximação SUAS
- Trajeto Renda
- Poços Artesianos
- Melhor Geração
- Geração Esporte
- Raízes de Minas

Moradas Gerais

O *Projeto Moradas Gerais* tem como objetivo apoiar a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) nos municípios mineiros classificados com IDHM baixo, totalizando 73 municípios prioritários.

A ação objetiva apoiar e fortalecer a capacidade técnica e gestora dos municípios no tocante à promoção da política habitacional local pela elaboração de planos e estruturação de conselhos e fundos de habitação, bem como assessorar na captação de recursos para promoção da política habitacional.

No contexto da pandemia as capacitações para elaboração dos PLHIS estão sendo realizadas através de encontros virtuais com os gestores e técnicos municipais. Atualmente as ações estão concentradas na I Etapa: Teófilo Otoni. Atividades realizadas:

- I. Elaboração do Plano Estadual de Habitação (PEH-MG);
- II. Atividades online para apoiar a elaboração dos 16 Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) nos municípios vulneráveis da regional de Teófilo Otoni/Vale do Mucuri;
- III. Ampliação do número de municípios atendidos: início das atividades conforme cronograma pré estabelecido no Programa Percursos Gerais ainda em 2021 - Regionais de Salinas e Diamantina;
- IV. A partir da celebração de Acordo de Cooperação técnica com CAU-MG, ações para promoção de política garantidora do direito à Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - ATHIS, conforme disposto na Lei Federal nº 11.888/2008. I Seminário em Jun/21;
- V. Capacitação e disponibilização de materiais com conteúdos que auxiliem a elaboração dos PLHIS, captação de recursos, política de ATHIS, dentre outros conteúdos que contribuam no fortalecimento da política habitacional nos municípios mineiros. A previsão é de capacitação de todos os municípios mineiros/ por regionais, até final de 2022.

Aproximação SUAS

O *Aproximação SUAS* trata-se do projeto da Subsecretaria de Assistência Social para aperfeiçoar a implementação da política de Assistência Social nos 73 municípios mineiros com menor IDH e, sobretudo, promover a inclusão cadastral no CadÚnico e acompanhamento familiar pelos serviços socioassistenciais das famílias em situação de vulnerabilidade social residentes em áreas rurais e/ou de difícil acesso.

O projeto se divide em duas frentes de atuação: a primeira consiste na oferta de ações de apoio técnico aos municípios, com vistas a capacitar técnicos e gestores sobre os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. A segunda consiste na transferência de recursos financeiros para os Fundos Municipais de Assistência Social, para apoiar as gestões municipais na estruturação de equipes volantes, bem como nas ações de inclusão e atualização cadastral no CadÚnico e trabalho social com famílias.

Em 2021 serão 35 municípios atendidos pelo projeto e receberão repasse financeiro no valor de R\$114.285,71 cada, os demais municípios (38) serão atendidos em 2022. Com os recursos será permitido aos municípios adquirir bens de consumo como material de escritório, bens permanentes, como computadores e veículos, e contratação de pessoal para serem alocados nos equipamentos socioassistenciais municipais. Desde o mês de abril, os 16 municípios da Etapa I do Programa Percursos Gerais já estão sendo atendidos com as ações mensais de apoio técnico.

Trajeto Renda

O *Projeto Trajeto Renda* prevê a execução de ações de formação e assessoramento junto ao público em situação de pobreza e extrema pobreza nas regiões mais vulneráveis do estado. A partir dos recursos destinados por emenda parlamentar no valor de R\$1.326.000,00 estão sendo executadas ações nos 16 municípios selecionados na região do Vale do Mucuri.

Entre os meses de janeiro e março de 2021 o projeto estabeleceu os Comitês Gestores Locais em cada um dos municípios para definir as diretrizes de atuação e prioridades relacionadas à geração de trabalho e renda para a população. Foram envolvidos cerca de 150 atores entre representações da sociedade civil, poder público local e população em geral. Cada comitê definiu um plano de ação específico que considerava a realidade do seu município, identificando as principais atividades e temáticas a serem desenvolvidas durante as etapas de formação profissional e assessoramento dos grupos produtivos.

A partir de abril foram iniciadas as turmas de formação, divididas em duas cargas horárias e conteúdos específicos: Cursos de Orientação Profissional (12hs de minicursos e 2hs de orientação individual) e Cursos de Formação Profissional (40hs). Ao todo, a meta é atender 1.152 pessoas nesta etapa do projeto.

Até o momento, considerando as restrições do Programa Minas Consciente e a adoção do modelo virtual das atividades, 766 alunos estão matriculados nas turmas de orientação profissional, todos eles cadastrados no CadÚnico, dos quais:

- 191 pessoas concluíram as atividades de orientação profissional;
- 207 pessoas concluíram as horas de orientação individual;
- 254 pessoas estão acessando os módulos virtuais das turmas de orientação profissional;
- 1.400 acessos na live de abertura dos cursos.

O curso de formação profissional possui 643 atendimentos previstos nas turmas formadas para participação nas atividades virtuais. As aulas foram disponibilizadas no dia 7 de junho e estão em andamento com a participação efetiva nas atividades simultâneas que estão sendo realizadas.

Além deste trabalho junto ao público no nível local a Sedese vem atuando na construção de uma rede de parceiros com atuação nas regiões identificadas com maior vulnerabilidade social, com o envolvimento de instituições do poder público, terceiro setor e privadas, com o objetivo de direcionar esforços para o atendimento destas famílias. Entre as instituições envolvidas estão FETAEMG, OCEMG, Banco do Nordeste, SENAR, SEBRAE, IFNMG, APJ, Cáritas, SENAC e UNICAFES. Além das visitas técnicas de acompanhamento das pessoas e empreendimentos, estas parcerias serão responsáveis pela promoção de atividades de assessoramento aos grupos produtivos, buscando melhorar a produção e ampliar as alternativas de escoamento desta produção. A meta é atender mais de 2 mil pessoas nestas oficinas de assessoramento e espaços de comercialização como as feiras nos municípios.

Ainda em fase de planejamento, a execução para as demais regiões previstas está sendo iniciada. Espera-se ampliar o atendimento para mais 31 municípios das regiões Norte e Jequitinhonha com estas ações de fomento à inclusão produtiva e geração de renda das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Poços Artesianos

Dentre as atuações da Sedese no combate às múltiplas formas de vulnerabilidade, o acesso à água de qualidade sobretudo em localidades rurais é um ponto em desenvolvimento. Considerando o cenário atual em decorrência da pandemia de Covid-19 - com impacto acentuado para grupos mais vulneráveis, a partir de recursos captados junto ao Governo Federal – Fonte Extraordinária para combate à pandemia; criou o projeto de implantação de Poços Artesianos, em parceria com o Idene - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – órgão responsável pela execução.

Como resultado, vários municípios e suas respectivas comunidades rurais, que antes sofriam a triste realidade de famílias coabitando em domicílios precários, sem acesso à água. Hoje, desfrutam desse benefício Vital através do projeto para Implantação de Poços Artesianos com análise e tratamento da água. No ano de 2020, iniciou-se a ação que pretende inicialmente a Implantação de Poços Artesianos nos 73 municípios de menor IDH-M do Estado, ação em fase de desenvolvimento pela Sedese e pelos parceiros

Melhor Geração

O *Programa Melhor Geração* tem como objetivo promover a prática de atividade física por idosos, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida, tanto nos aspectos físicos quanto sociais. A ação consiste na implantação de núcleos de atividade física voltadas para idosos nos municípios de Minas Gerais, sendo as atividades conduzidas por um profissional de Educação Física. Espera-se atender cerca de 100 idosos por mês em cada núcleo implantado.

Atualmente a Sedese possui 13 convênios com municípios da regional de Teófilo Otoni em vigência (5 pertencentes ao Programa Percursos Gerais), totalizando o repasse de R\$390.000,00, com o objetivo de implantar os núcleos do Melhor Geração. Devido a Pandemia da Covid-19, considerando o público-alvo do programa, as atividades presenciais foram suspensas e a equipe de condução do projeto voltou a realizar a prorrogação de convênios para execução das atividades presenciais após a pandemia. Com o andamento da Pandemia da Covid-19 e em alinhamento ao Plano Minas Consciente, foi delegado a cada município a tomada de decisão de retorno de atividades presenciais do núcleo de Melhor Geração, sendo o retorno automaticamente suspenso caso o município entrasse na Onda Roxa do Minas Consciente. Atualmente, o município de Poté manifestou desejo de retorno de atividades presenciais no núcleo.

No ano de 2021 a equipe técnica da Subesp busca recursos financeiros para implementação de novos núcleos do programa, priorizando os municípios que integram o programa Percursos Gerais, considerados os de maior vulnerabilidade social do estado de Minas Gerais. O programa foi apresentado aos municípios da regional de Salinas conforme andamento do planejamento local.

Geração Esporte

O *Geração Esporte* é um programa de incentivo à prática de atividades físicas, esportes e lazer, com foco educacional, através de atividades esportivas, paradesportivas e práticas corporais, visando promover o desenvolvimento e inclusão social dos educandos, nos núcleos implantados nos municípios selecionados por edital. As ações são realizadas no contra turno escolar, orientadas por profissionais de educação física (licenciados e ou bacharéis) que ministram conteúdos de diversos esportes e atividades recreativas, desenvolvendo os valores fundamentais para a formação do cidadão. Trata-se de programa voltado para prefeituras municipais e que

beneficia crianças e adolescentes com e sem deficiência de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade, de ambos os sexos, comprovadamente matriculados e frequentes em escolas públicas (estaduais/municipais) ou particulares com bolsa de estudo.

O edital 06/2021 do programa foi publicado em maio deste exercício visando contemplar 29 municípios interessados em executar o Geração Esporte pelo período de dois anos.

Os municípios que fazem parte do Programa Percursos Gerais terão prioridade no processo de seleção, conforme prevê o Anexo I do edital. Os demais, serão ranqueados por Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), de acordo com as vagas disponíveis. Após a publicação do resultado final, prevista para ser feita até 05/08, a equipe técnica iniciará o processo de formalização dos convênios.

Devido à pandemia, as atividades que estavam previstas para serem executadas nos municípios contemplados pelos editais publicados nos anos de 2019 e 2020 (capacitação dos profissionais, inscrições dos educandos, entrega do material e início das atividades no núcleo) foram suspensas. O início da ação está diretamente condicionado ao retorno das atividades escolares presenciais, principalmente, das aulas de educação física.

Está em tramitação o processo para aquisição dos kits de materiais esportivos para os núcleos do edital de 2020, além de materiais de assepsia para os núcleos, considerando os editais de 2019 e 2020.

Nos editais de 2019 e 2020, 37 municípios foram contemplados, com capacidade de atender 3.700 crianças e adolescentes. O edital de 2021, por sua vez, selecionará 29 municípios, com capacidade de atender 2.900 crianças e adolescentes.

Raízes de Minas

A ação Raízes de Minas foi criada para fomentar a produção agroecológica por famílias em extrema vulnerabilidade social em Minas Gerais. Em 2021, serão entregues nove kits de irrigação em cada um dos 16 municípios da regional de Teófilo Otoni, além de realizar o fomento a cinco bancos de sementes crioulas em comunidades quilombolas da região.

Ainda este ano serão articuladas as ações para os municípios das regiões de Diamantina, Salinas e Montes Claros. Em 2022 a ação estará nos 73 municípios de IDH baixo do estado.

7. PROGRAMAS DE ESPORTES

e-JEMG

Os *Jogos Escolares de Minas Gerais* (Jemg), versão tradicional da competição, foram cancelados em virtude da pandemia da Covid-19. A equipe técnica responsável mobilizou esforços no desenvolvimento de possibilidades para viabilizar a execução presencial dos Jogos no exercício de 2021, por meio da construção de diversos cenários para a operacionalização da política, subsidiados pelo acompanhamento e monitoramento constante do contexto da pandemia. Sendo assim, atualmente esses estudos ainda estão sendo analisados de forma a viabilizar a execução de forma segura. Salienta-se, ainda, que no exercício de 2020, foi feita a construção destas possibilidades de execução, mas devido ao desenvolvimento e agravamento da pandemia julgou-se mais prudente o aditamento do Termo de Parceria entre o Governo e a entidade parceira executora, a Federação de Esportes Estudantis de Minas Gerais (FEEMG), de modo a tornar exequíveis as competições on-line/eletrônicas, bem como a continuidade da política pública.

Pensando em manter as atividades no formato possível, a Sedese viabilizou o aditamento do instrumento de parceria para promoção de uma competição de jogos eletrônicos ainda neste exercício, o e-JEMG. Dessa forma, foi possível executar a competição de modalidades eletrônicas com cunho esportivo, sendo elas: Xadrez Online, FIFA 2020 (futebol) e NBA 2K20 (basquete). As competições foram destinadas a estudantes das escolas públicas e privadas do Estado de Minas Gerais.

As inscrições foram realizadas através de formulário eletrônico pelos professores das escolas dos estudantes atletas interessados em participar. A competição seguiu os moldes do Jemg convencional na modalidade Xadrez Online, dividida em Módulo I (12 a 14 anos) e Módulo II (15 a 17 anos), nos naipes masculino e feminino. Já nas Modalidades FIFA 2020 e NBA 2k20, foram divididas em Módulo I (12 a 14 anos) e Módulo II (15 a 17 anos), em naipes misto.

As disputas foram realizadas através do Console PS4, nas modalidades do FIFA 2020 e NBA 2K20, utilizando eliminatória simples e, através do site chess.com, na modalidade Xadrez online, utilizando o sistema Suíço, de acordo com o número de inscritos. No total, participaram 466 estudantes de 189 municípios.

Essa foi a primeira vez que a Subsecretaria de Esportes executou uma competição de jogos eletrônicos. E devido à grande adesão dos estudantes, o e-JEMG fará parte das próximas edições dos Jogos Escolares de Minas Gerais, como etapa on-line.

JIMI VIRTUAL

Os tradicionais *Jogos do Interior de Minas* (JIMI) tiveram um novo formato no ano de 2021, sendo adaptado para o formato online, decorrente da situação atual da pandemia do Covid-19. O objetivo dos jogos é incentivar a prática esportiva no momento de isolamento social.

A competição virtual gira em torno de desafios que devem ser cumpridos pelos competidores em cada uma das modalidades disponíveis: basquete, futebol, futsal, handebol e vôlei, sendo que cada uma delas possui regulamentos específicos. O desafio deve ser gravado em vídeo pelo participante em um determinado período de tempo e enviado para avaliação da coordenação através do formulário de inscrição, onde também são informados outros dados pessoais. O novo formato da competição foi viável devido ao baixo custo previsto para execução.

A competição está sendo realizada em duas fases, sendo: 1) Fase Microrregional, onde é registrado o maior volume de participação de atletas de diferentes municípios. Os municípios são agrupados conforme a divisão geográfica microrregional, sendo 8 microrregiões: Caparaó/Vale do Aço e do Rio Doce, Jequitinhonha/Mucuri, Metropolitana, Norte, Sudoeste/Oeste, Sul, Triângulo/Noroeste, Vertentes/Mata. Os 2 primeiros colocados de cada modalidade e naipe irão representar a microrregião na segunda fase ou fase estadual; 2) A Fase Estadual é composta pelos mais bem colocados da Fase Microrregional, sendo nesta fase com menor quantidade de envio de vídeos e somente com os representantes dos municípios que tiveram melhor desempenho na fase anterior.

Como entrega, até a data de 16/06/2021 foram contabilizados o total de 2.283 participações de 188 municípios, sendo os seguintes quantitativos de inscrições por modalidade:

- Futebol: 442;
- Futsal: 550;
- Handebol: 493;
- Voleibol: 404;
- Basquete: 394.

Além dos desafios nas modalidades esportivas, o JIMI Virtual também realizou campanha de doação de sangue, campanha em parceria com Hemominas e a Secretaria de Estado de Saúde.

ICMS Esportivo

O *ICMS Esportivo* é um dos critérios de repasse de ICMS aos municípios, com base na Lei nº 18.030/2009. O pré-requisito para participação no Programa é a comprovação do pleno funcionamento do Conselho Municipal de Esportes. Cada município participante recebe recursos de acordo com as atividades esportivas que realiza, com investimento superior a 10 milhões de reais por ano.

Em 2021, 412 municípios estão recebendo recursos semanalmente pelo ICMS Esportivo, com base nas 9.951 ações esportivas realizadas em 2019 e comprovadas em 2020, com atendimento a 992,7 mil pessoas. De janeiro a abril foram repassados R\$4 milhões, um aumento de 28,41% em comparação ao mesmo período de 2020 e recorde de participação de municípios.

Vale destacar que cada uma das 22 regionais da Sedese possui no mínimo 2 municípios contemplados e que 50,5% dos recursos são direcionados a municípios com IDH-M inferior a 0,700.

Conforme relatos de gestores municipais de esporte, a receita advinda do ICMS Esportivo é, em muitos casos, a única receita direcionada para investimento na política pública municipal de incentivo ao esporte.

Com a pandemia, devido a mudanças no cotidiano de funcionamento das prefeituras municipais e a dificuldade de contato direto com os Gestores Esportivos, a fim de auxiliá-los na participação no ICMS Esportivo, a equipe técnica se empenhou na criação de manuais para orientações referente ao funcionamento do mecanismo, como cartilhas sobre a realização de reuniões online e posterior comprovação do Conselho Municipal de Esportes, comprovações de programas e projetos, e outros.

Houve também a realização de Diálogo com os municípios para discussão em relação à política ICMS Esportivo na realidade municipal, com abertura direta para fala dos gestores esportivos e demais profissionais da cadeia produtiva do esporte. Outra entrega é a manutenção do Grupo “ICMS Esportivo no Telegram”, que tem como objetivo potencializar a comunicação com a comunidade esportiva mineira em temas relacionados ao esporte, em especial ao ICMS Esportivo. Ao participar do Grupo, o usuário tem acesso facilitado às informações e podem trocar experiências e participar da aplicação de pesquisas e debates. O grupo pode ser acessado diretamente pelo link: <https://bit.ly/ICMSEsportivo-Telegram>.

Além disso, cabe destacar que houve atualização da legislação em decorrência da pandemia, a partir de diálogos com os gestores esportivos municipais, que possibilitou:

- I. Flexibilização da comprovação da atuação do Conselho Municipal de Esportes (redução do número mínimo de reuniões para 2 e orientação para realização de reuniões por videoconferência);
- II. Replicação parcial da nota do ano-Base 2019 (em repasse durante 2021) para o ano-base 2020 (a ser repassado em 2022), de forma a minimizar os impactos da impossibilidade de realização de atividades esportivas durante as ondas mais restritivas do Minas Consciente

Lei de Incentivo ao Esporte

A Lei Estadual de Incentivo ao Esporte é um programa de fomento ao esporte, por meio do qual o governo de Minas Gerais reserva parte de sua arrecadação com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (R\$ 19 milhões/ano), para que empresas contribuintes apoiem os projetos esportivos apresentados por entidades e prefeituras e aprovados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. As atividades desempenhadas pela Equipe Técnica, desde análise de projetos até prestação de contas, não foram interrompidas neste momento de pandemia.

De janeiro a junho foram captados R\$ 6,3 milhões, para atendimento a 9,1 mil beneficiários de 36 projetos esportivos, a serem desenvolvidos em 33 municípios mineiros. O limite para captação em 2021 é de R\$ 19.426.282,49.

Como previsto na Lei 20.824/2013, 10% dos recursos captados são direcionados à Sedese para apoio a projetos com maior dificuldade de captação, a serem selecionados por edital. Para 2021, são investidos 2,3 milhões de reais para esta finalidade, sendo o maior valor previsto desde o primeiro ano da Lei de Incentivo. Com este recurso, será possível alcançar municípios de menor IDH-M, desconcentrando os recursos oriundos da Lei de Incentivo.

Cabe destacar que houve recorde de captação de recursos no mecanismo, mesmo com os impactos da pandemia em 2020. Foram captados 18,4 milhões de reais em 2020, um aumento de 2,4% em relação a 2019.

Houve também adequação dos projetos para possibilitar a continuidade à distância durante as ondas mais restritivas do Minas Consciente. A equipe técnica publicou comunicados com orientações para a retomada dos projetos e indicação de estratégias para mobilização do público. Também foi realizada reunião aberta à participação dos Executores para esta finalidade.

Ainda, ocorreu a publicação de Edital de Seleção de membros do Comitê Deliberativo, realizado de forma democrática, com critérios técnicos e com vagas exclusivas para representação feminina, do interior, do paradesporto e de projetos sociais. O mandato dos novos membros do Comitê se iniciará em setembro, mas eles serão convidados a participar das reuniões desde já, para facilitar o processo de transição.

8. DIREITOS HUMANOS

Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH)

Os *Centros de Referência em Direitos Humanos* (CRDH) são equipamentos públicos para oferecimento de ações de promoção em direitos humanos (cursos, oficinas, rodas de conversas e campanhas educativas, entre outros), atendimentos multidisciplinares de proteção em direitos humanos e articulação da rede local. São importantes mecanismos locais para diminuir a incidência de violações e violências que acometem os grupos sistematicamente vulnerabilizados e, ao mesmo tempo, a subnotificação desses dados.

As entregas realizadas em 2021 foram:

- I. Realização de Atendimento Transdisciplinar;
- II. Realização de ações de promoção em direitos humanos, formação e campanhas educativas em direitos humanos;
- III. Articulação da Rede de proteção em direitos humanos no território.

Quantitativo de atendimento - janeiro a junho de 2021:

- I. Número de atendimentos com violação: 704 atendimentos;
- II. Número de ações de promoção cadastradas: 302 ações de promoção;
- III. Número de atendimentos com prestação de serviços ao usuário: 901 atendimentos com a distribuição de cesta básica, kit foto, kit higiene e kit lanche.

Municípios atendidos: Alfenas, Montes Claros, Juiz de Fora, Teófilo Otoni e mais 13 municípios que fazem parte dos Territórios da Mata, Norte, Mucuri, Sul. Atualmente, a Sedese está com chamamento público para contratação de executores nessas mesmas regiões.

Escola de Formação em Direitos Humanos

A *Escola de Formação em Direitos Humanos (EFDH)* é um programa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) de Minas Gerais que visa efetivar um projeto sistêmico de educação em direitos humanos que permita ao estado cumprir seu papel de promover o conceito de direitos humanos. A EFDH atua no fomento às ações de formação em direitos humanos, de forma gratuita e descentralizada para todos os gestores públicos e sociedade civil interessados, com objetivo de ampliar, sensibilizar e qualificar a pauta dos direitos humanos.

Entregas realizadas de janeiro a junho de 2021:

- I. Formação em Direitos das Crianças e Adolescentes - 5.716 inscritos - 1367 pessoas certificadas (Curso encerrado);
- II. Formação em Direitos das Mulheres - 3.592 inscritos (Curso em andamento);
- III. Formação em Direitos Humanos: Entendendo a Ditadura e as Comissões da Verdade - 1.672 inscritos (Curso em andamento);
- IV. Mini Curso de Direitos Humanos e Temáticas Especiais - 1.917 inscritos (Curso em andamento);
- V. Mini Curso de Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador - 751 inscritos (inscrições em andamento);
- VI. Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos - 202 inscritos (Curso em andamento).

Foram 13.841 cursistas inscritos até 15/06/2021, sendo que 659 municípios mineiros tiveram no mínimo um cursista inscrito e outros 24 estados brasileiros mais o Distrito Federal também tiveram participantes inscritos.

Programas de Proteção - PROVITA, PPCAAM e PPDDH

O *Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)* é um programa do Governo Federal, executado através de convênio com os Governos

Estaduais e parcerias com as Organizações da Sociedade Civil. Visa o enfrentamento à letalidade infanto-juvenil e preservação da vida de crianças e adolescentes ameaçados de morte. Minas Gerais realizou, em 2021, por meio do PPCAAM, a proteção de 18 crianças e adolescentes ameaçados de morte, sendo que, incluindo o grupo familiar, são 58 pessoas protegidas no programa atualmente.

O Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), por sua vez, protege pessoas, instituições, organizações e movimentos sociais que tenham seus direitos violados ou ameaçados em decorrência de sua atuação pelo reconhecimento, respeito, proteção, promoção ou exercício de direitos humanos. Ele realiza, atualmente, a proteção 75 Defensores de Direitos Humanos, já superando a meta de setenta e um defensores no ano de 2021.

Além disso o *Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas* (PROVITA), é outro programa que garante a proteção e assistência psicossocial e jurídica às vítimas, testemunhas e seus familiares, que se encontram coagidos ou expostos à grave ameaça em virtude de sua colaboração à investigação ou a processo criminal. Ele já conta, em 2021, com 31 pessoas protegidas, incluindo todo o grupo familiar.

Centrais de Interpretação de Libras

As *Centrais de Libras* visam garantir os direitos de acessibilidade comunicativa de toda a comunidade surda do estado de Minas Gerais, considerando a importância do reconhecimento da pessoa surda por meio de sua língua - Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o cumprimento das legislações vigentes (Lei 10436/2002 - Lei de Libras e Lei 13146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão). As centrais estão presentes nos municípios contemplados pelo programa, por meio dos serviços de tradução/interpretação da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Foram realizados 37 atendimentos na unidade Belo Horizonte e 90 atendimentos na unidade Uberlândia, totalizando 127 atendimentos pelas Centrais de Libras em 2021.

Núcleos de fomento ao Paradesporto

O *Programa Núcleos de Fomento ao Paradesporto* tem como objetivo ampliar a oferta de prática de atividade física para pessoas com deficiência e contribuir para a melhoria na qualidade de vida, tanto nos aspectos físicos quanto sociais. A ação consiste na implantação de núcleos para o desenvolvimento de atividades físicas e/ou esportivas exclusivamente para pessoas com deficiência nos municípios de Minas Gerais.

Atualmente a Sedese possui 03 convênios com municípios e 05 termos de colaboração com Organizações da Sociedade Civil vigentes, sendo com valor total investido de aproximadamente R\$235.000,00. A perspectiva, de acordo com plano de trabalho enviado pelos convenientes, era de atendimento a 530 pessoas com

deficiência em 2020. Porém, devido a pandemia, as atividades foram suspensas e estão em fase de aditamento para a execução em 2021/2022. Um conveniente optou por realizar as atividades de forma remota, atendendo, de acordo com relatório de monitoramento enviado pela instituição, aproximadamente 270 pessoas com deficiência.

A Sedese publicou, no dia 21 de maio, um novo edital de seleção de projetos para implantação de Núcleos de Fomento ao Paradesporto (Edital 05/2021) com o objetivo de selecionar 10 projetos paradesportivos e desenvolver o programa. A Sedese prevê o repasse total de R\$524.000,00, sendo o valor de R\$52.400,00 para cada projeto selecionado. O período de inscrições é até 09 de julho para o envio de propostas. Ainda, com o objetivo de auxiliar na participação do edital, a Sedese realizará, no dia 23 de junho, duas Sessões Públicas, às 10h e às 14h, para apresentar o Edital e esclarecer as dúvidas quanto ao processo de envio de propostas de projeto.

Campanha Todo Espectro Conta

Abril é o mês de conscientização sobre o autismo, cujo dia mundial se comemora em 02/04. Foi realizada campanha chamada "Todo Espectro Conta!" com ações de promoção, publicadas no Portal Ser-DH como forma de romper o preconceito. As ações desenvolvidas foram:

- I. Folder de divulgação da campanha na data do dia 02 de abril (Dia Mundial de Conscientização do Autismo) nas redes sociais da Sedese;
- II. Quiz: oportunidade de testar conhecimentos e aprender sobre questões atinentes à inclusão social, tratando dos direitos do autista, de forma lúdica no Portal Ser DH;
- III. Podcast: Entrevista realizada com Ernane Alves sobre aspectos do transtorno do espectro autista.

As ações foram direcionadas a todos municípios por meio de acesso via Portal Ser-DH. Ainda, está prevista a implantação Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) em Minas Gerais até o final de 2021.

9. SEGURANÇA ALIMENTAR

Plano Estadual de Segurança Alimentar

A elaboração do *V Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutrição Sustentável* (Plesans) foi coordenada pela Sedese. A ação foi realizada via Secretaria Executiva da Câmara Governamental Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, foi 33 propostas temáticas que indicaram ao Estado eixos para formulação de políticas

públicas de acordo com as demandas da sociedade. A partir do Plesans, foram elaboradas 47 ações a serem desempenhadas diretamente por 18 secretarias/instituições.

Está previsto no V Plano, a busca pela organização do mercado institucional da assistência (banco de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias) com inclusão de produtos da agricultura familiar e agroecológica. Espera-se também, aumentar os recursos federais, do Programa de Aquisição de Alimentos Doação Simultânea para potencializar esse objetivo no Estado.

O texto do plano foi aprovado na Reunião Plenária do Consea-MG em 09/04/2021 e está atualmente em revisão ortográfica e diagramação com previsão de lançamento na primeira quinzena de julho.

A construção do V Plano é uma resposta das várias Conferências Regionais realizadas ao longo de 2019 e à Conferência Estadual de SAN realizada em dezembro de 2019.

10. POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Plano de contingência de prevenção à Covid-19

A Subsecretaria de Políticas sobre Drogas (Subpod) orientou as 35 Organizações da Sociedade Civil (Oscs) parceiras do Governo de Minas Gerais a desenvolverem Planos de Contingência, visando a prevenção da Covid-19, tendo como referências as diretrizes preconizadas no Plano de Contingência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); a Portaria do Ministério da Cidadania - Nº 340/2020 que estabelece medidas de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (Covid-19), no âmbito das Comunidades Terapêuticas e a Cartilha de Orientações para as Comunidades Terapêuticas, produzida pela Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (Senapred), do Ministério da Cidadania.

Os Planos de Contingência das Oscs detalharam as ações e medidas a serem desenvolvidas e adotadas para prevenir a propagação da Covid-19, envolvendo a orientação aos funcionários, pessoas acolhidas e seus familiares quanto às medidas de prevenção; a atualização sistemática das informações sobre a pandemia; a adequação dos seus Projetos Terapêuticos em consonância com as orientações das autoridades de saúde e decretos das Prefeituras; a adoção de estratégias de promoção da saúde e cuidados direcionadas às pessoas acolhidas e funcionários.

Nesse contexto, visando assegurar o necessário acompanhamento e monitoramento dos Planos de Contingências, a Subpod disponibilizou um formulário eletrônico às Oscs, para atualização, com periodicidade quinzenal, das metas estabelecidas e

indicadores definidos, das ações/atividades de caráter informativo, como também de cuidado/higienização dos espaços e monitoramento de casos suspeitas e/ou confirmados de Covid-19.

As Oscs parceiras estão sediadas nos seguintes municípios: Itaúna; Uberaba; Belo Horizonte; Divinópolis; Betim; Piumhi; Uberlândia; Montes Claros; Juiz de Fora; Contagem; Andradas; Cláudio; Araguari; Santa Luzia; Ouro Branco; Campo Belo; Oliveira; Ritópolis; Jequitinhonha; Formiga; Itabirito; Caratinga; Governador Valadares.

Cabe destacar que as Oscs parceiras promoveram importantes adequações em seus Programas Terapêuticos, de forma a assegurar a continuidade do acompanhamento dos familiares e amigos no processo de tratamento das pessoas acolhidas, utilizando diferentes ferramentas de comunicação remota, dentre outras estratégias, como por exemplo, visitas agendadas, e não houve nenhum caso confirmado de Covid-19 nas Oscs parceiras, tendo em vista a adoção e o acompanhamento rigoroso das medidas de prevenção do vírus.

Plano Intersectorial de Políticas sobre Drogas

O Plano Mineiro Intersectorial de Cuidados/Tratamento e Prevenção do uso/abuso de álcool, tabaco e outras drogas foi elaborado no âmbito da Câmara Estadual Integrada de Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas e representa um marco dos esforços empreendidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais para a entrega de serviços e ações à sociedade, por meio de uma política pública eficaz de enfrentamento ao fenômeno do uso/abuso de álcool, tabaco e outras drogas. O Plano reúne conceitos, marcos legais, diretrizes, objetivos e um conjunto de estratégias/intervenções no campo da prevenção às drogas, nos seus diferentes níveis, com vistas a induzir as políticas de cuidados/tratamento e prevenção junto aos 853 municípios de Minas Gerais, com foco no fortalecimento dos fatores de proteção do uso/abuso de álcool, tabaco e outras drogas, com especial atenção às crianças, adolescentes e jovens.

O Plano foi lançado no dia 25/06/2021 em formato digital. Após, com vistas a favorecer a democratização do acesso e participação da sociedade no processo de construção do Plano, será aberto um processo de consulta pública, por um período de 30 dias, em articulação com atores parceiros e as 22 Diretorias Regionais Sedese. O intuito é de fomentar a participação da sociedade no geral, dos gestores e técnicos das três esferas de governo, da Rede Complementar de Apoio ao Dependente Químico de Minas Gerais, das organizações não governamentais, dos conselheiros dos Conselhos de Políticas Públicas, das academias, das Organizações da Sociedade Civil, enfim, da população mineira, de forma a receber propostas, considerações, observações, informações e críticas que contribuam para o aprimoramento do referido documento, antes que o mesmo seja impresso e entregue aos 853 municípios.

Cabe salientar que o Plano Mineiro Intersectorial de Cuidados/Tratamento e Prevenção do uso/abuso de álcool, tabaco e outras drogas permite o fortalecimento do processo de indução da Política Estadual sobre Drogas, favorecendo a capacidade de resposta dos municípios de Minas Gerais em relação à agenda de cuidados/tratamento e prevenção do uso/abuso de álcool, tabaco e outras drogas, por meio do estímulo à perspectiva da articulação intersectorial e o trabalho em rede, bem como fortalece os fatores de proteção ao uso/abuso de álcool, tabaco e outras drogas, especialmente junto às crianças, adolescentes e jovens. Além disso, acontece em alinhamento com as diretrizes estaduais, nacionais e internacionais, com embasamento em evidências científicas e trata-se de iniciativa pioneira no Estado de Minas Gerais.

Centro de Referências Estadual em Álcool e outras drogas - CREAD

O Centro de Referência em Álcool e outras Drogas (Cread) desenvolve um conjunto de projetos e ações no campo da prevenção ao uso e/ou abuso de álcool e outras drogas, em parceria com instituições públicas e privadas, por meio de rodas de conversa, cinemas comentados, dentre outras estratégias educativas.

Tendo em vista o contexto da pandemia da Covid-19, o Cread realizou uma revisão da metodologia de monitoramento dos Grupos de Orientação Familiar com introdução de ferramentas comunicação remota (WhatsApp), com vistas a orientar a família de pessoas que usam/abusam de álcool, tabaco e outras drogas e fornecer informações e orientações de como lidar com a dependência química, objetivando a melhora nas relações familiares, além de sensibilizar os próprios familiares quanto ao aspecto emocional, permitindo que examinem atitudes ensejadoras de recaídas e propiciar meios para que os familiares sensibilizem o dependente/usuário para recuperação. Foram contabilizadas 487 participações nos Grupos de Orientação Familiar de janeiro a junho de 2021.

Além disso, o Cread realiza o acolhimento e orientação psicossocial às pessoas que usam/abusam de álcool, tabaco e outras drogas de Minas Gerais, bem como seus familiares, por meio da ação de equipe técnica qualificada, com o objetivo de acolher demandas relacionadas ao uso/ abuso de álcool, tabaco e outras drogas, assim como orientar quanto a dispositivos, modelos de tratamento e fluxos da Rede de Atenção Psicossocial. Foram 320 acolhimentos/orientações via telefone e correspondência eletrônica realizados de janeiro a junho de 2021.

11. EXECUÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES

Em relação às emendas parlamentares, foram destinados recursos às áreas de Direitos Humanos, Assistência Social, Esportes e Políticas sobre Drogas, conforme observado no quadro abaixo:

Emendas por temática - Referência 2020	
Integração, Segurança Alimentar e Nutricional	R\$90.000,00
Assistência Social	R\$3.064.653,17
Direitos Humanos	R\$203.990,65
Esportes	R\$11.258.850,72
Trabalho emprego e Renda	R\$341.417,41

Fonte: Elaboração própria

Em função da variedade de pautas e temas de atuação da Sedese, as emendas são distribuídas em diversos objetos, como pode ser observado no quadro de classificação das emendas por Objeto:

Objeto da Emenda	Valor por Tipo de Objeto
Aquisição de Bens de Consumo	R\$4.114.949,25
Aquisição de Bens Permanentes	R\$ 6.577.819,19
Eventos	R\$100.000,00
Reforma ou Obra	R\$5.118.541,00
Serviços	R\$1.278.155,67
Total Geral	R\$17.189.465,11

Fonte: Elaboração própria

A listagem apresentada do quadro abaixo considera emendas parlamentares, emendas Covid e emendas de transferência especial realizadas durante o ano de 2020, foi considerada a questão de calendário 2021 uma vez que a data de fechamento das emendas 2021 é prevista para o próximo mês corrente, em julho/2021.

Quantidade / Tipo de Emenda	Valor Total	Nº Convenientes
266 Emendas Parlamentares	R\$14.958.911,95	250 Municípios

54 Emendas Covid-19	R\$3.512.569,95	54 Municípios e Instituições
3 Emendas de Transferência Especial	R\$191.891,43	3 Municípios e Instituições
Total Emendas	R\$15.150.803,38	

Fonte: Elaboração própria

